DATA DA REUNIÃO: ONZE DE JANEIRO DE DOIS MIL E DEZOITO.-----

LOCAL DA REUNIÃO: SALÃO NOBRE DA CÂMARA MUNICIPAL.-----

PRESIDIU: O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. JOAQUIM BARBOSA FERREIRA COUTO.-----

PRESENCAS E FALTAS:-----

PRESIDENTE DR. JOAQUIM BARBOSA FERREIRA COUTO – PS – PRESENTE.-----

VEREADORA DRA. ANDREIA CARINA MACHADO DA SILVA NETO – PPD/PSD.CDS-PP – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. ALBERTO MANUEL MARTINS COSTA – PS – PRESENTE.-----

VEREADORA ENG.ª ANA MARIA MOREIRA FERREIRA – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. JOSÉ MANUEL ALVES PIMENTA DE CARVALHO – PPD/PSD.CDS-PP – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. JOSÉ PEDRO DOS SANTOS FERREIRA MACHADO – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR CARLOS ALBERTO CARVALHO FERNANDES – PPD/PSD.CDS-PP – PRESENTE.-----

VEREADOR TIAGO JOÃO MACHADO ARAÚJO – PS – PRESENTE.-----

VEREADORA ENG.ª SILVIA MANUELA DA COSTA FERREIRA TAVARES – PS – PRESENTE.-----

HORA DE INICIO DA REUNIÃO: QUINZE HORAS E VINTE E SETE MINUTOS.-----

HORA DE ENCERRAMENTO: QUINZE HORAS E QUARENTA E SETE MINUTOS.-----

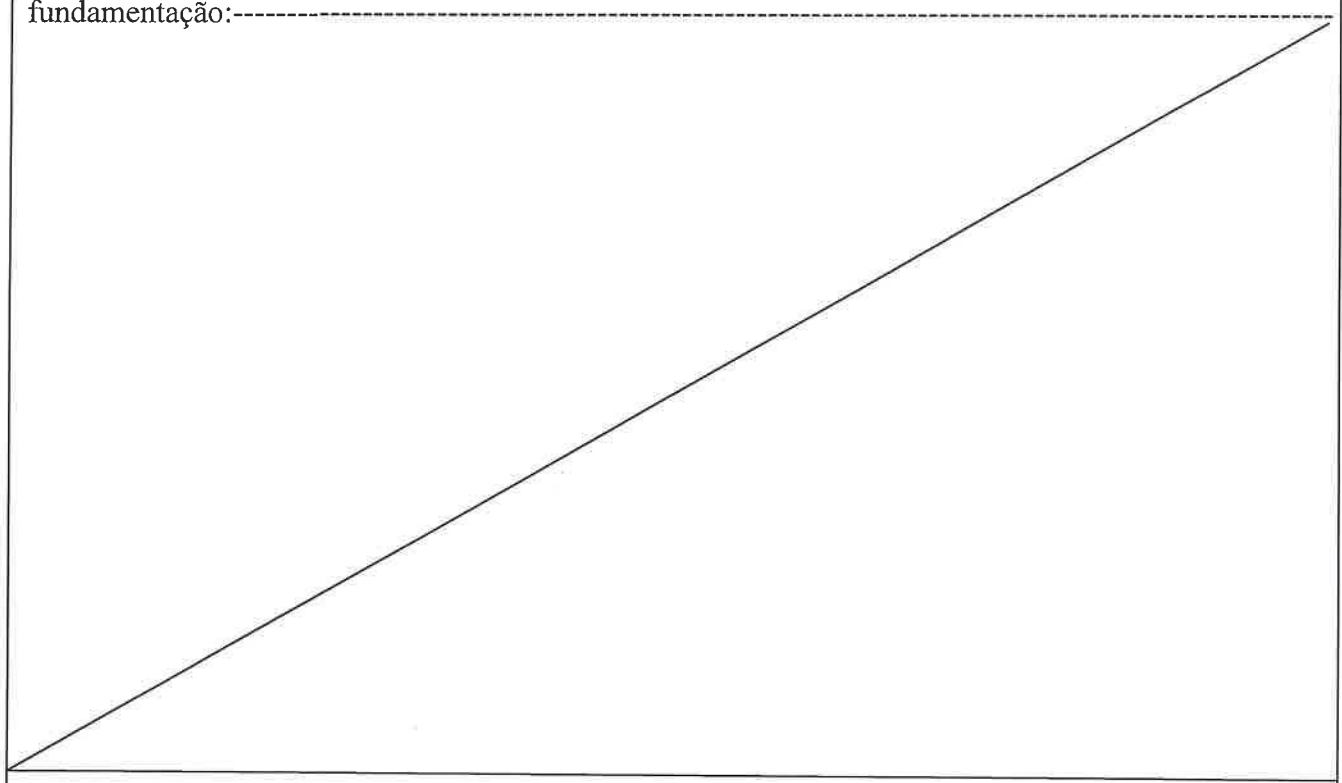
SECRETARIOU A FUNCIONÁRIA DESIGNADA PARA O EFEITO, DIANA PAULA FERREIRA SALGADO.-----

ORDEM CRONOLÓGICA POR QUE FORAM TRATADOS OS ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA: A ORDEM QUE CONSTA DA PRESENTE ATA.-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

a) Em cumprimento das disposições conjugadas dos números 4 e 12 do artigo 49º da Lei 42/2016, de 28 de dezembro, que aprova o Orçamento de Estado para dois mil e dezassete, o senhor presidente comunicou à câmara municipal os contratos de prestação de serviços celebrados / adjudicados no decurso do mês de dezembro findo, conforme listagem que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, como anexo I, rubricado pelo presidente da câmara e por quem secretariou a presente reunião.-----

b) A câmara municipal deliberou, por unanimidade, atribuir um Voto de Louvor e Reconhecimento às 53 empresas de Santo Tirso distinguidas com PME Líder 2017, com a seguinte fundamentação:-----



VOTO DE LOUVOR E RECONHECIMENTO**(53 empresas de Santo Tirso distinguidas com PME Líder 2017)**


Santo Tirso voltou a ser um dos Municípios portugueses com mais empresas PME Líder, prémio atribuído anualmente pelo IAPMEI-Instituto de Apoio a Pequenas e Médias Empresas e Inovação, para distinguir os agentes económicos que em cada ano se destacam por elevados níveis de desempenho e solidez financeira.

O “selo de reputação” atribuído pelo IAPMEI a 53 empresas sediadas em Santo Tirso só vem confirmar a melhoria do ambiente económico e social que se vive nos últimos anos no nosso Município, fruto da capacidade dos agentes económicos para, numa primeira fase, resistir à mais profunda crise de sempre em que mergulhou o País e, depois, apostar na inovação e na internacionalização para crescer.

Parceira e “amiga das empresas de Santo Tirso”, para as quais destinou no último mandato um conjunto de incentivos fiscais estimado em cerca de 10 milhões de euros, por via da redução do IMI ou da Derrama e da redução ou isenção de taxas e licenças municipais, a Câmara Municipal de maioria PS congratula-se com os resultados alcançados pelas empresas do Município e saúda todos os agentes económicos que têm contribuído para a melhoria do ambiente económico e social no nosso concelho, cuja face mais visível é a acentuada descida da taxa de desemprego e o aumento das exportações.

Reunida em 11 de janeiro de 2018, a Câmara Municipal propõe a atribuição de um voto de louvor e reconhecimento às empresas:

1. A. M. - Indústria de Colchões, Lda. | **Santo Tirso**
2. A. G. M. - Sociedade de Recuperações de Plásticos, Lda. | **Lamelas**
3. A. L. L. - Têxteis, Lda. | **Santo Tirso (Poupa)**

- 
- 
4. A. Sampaio&Filhos, Têxteis, S.A. | **Santo Tirso**
 5. Américo Francisco Alves&Filhos, Lda. | **Água Longa**
 6. Augusto Moreira, Lda. | **Santa Cristina do Couto**
 7. Autoni - Pneus e Óleos, Lda. | **S. Tomé de Negrelos**
 8. Carlos Alberto&Filhos, Lda. | **Santa Cristina do Couto**
 9. Carlos Fernandes&Silva, Lda. | **Vila Nova do Campo**
 10. Carmen&Francisco, Lda. | **Santo Tirso (Poupa)**
 11. Consoc Industries, S.A. | **Santo Tirso**
 12. CSPlastic, Lda. | **Santo Tirso**
 13. Domingos Silva&Cunha, Lda. | **Roriz**
 14. EMERGELUZ - Serv. de Electricidade e Telecomunicações, Lda. | **Santo Tirso**
 15. F. Martins Shirt Factory, Unipessoal Lda. | **Vila Nova do Campo**
 16. Fábrica de Tecidos de Vilarinho, Lda. | **Vilarinho**
 17. Farmácia Carla Neves, Unipessoal Lda. | **Santo Tirso**
 18. Fidetex - Fiação Têtil, Lda. | **Sequeirô**
 19. FORMEFITOS - Comércio de Mobiliário e Decoração, Lda. | **Santo Tirso**
 20. Francisco Certo, Lda. | **Vila das Aves**
 21. Francisco Coelho&C^a, Lda. | **Santo Tirso**
 22. Freixotel - Equipamentos Hoteleiros, Lda. | **Santo Tirso (Poupa)**
 23. Godilac II, S.A. | **Monte Córdova**
 24. J. Alves - Oficinas Auto, Lda. | **Santo Tirso**
 25. J. Areal - Artigos Têxteis, Lda. | **Santo Tirso (Fontiscos)**
 26. Lipimalhas - Malhas e Confeções, Lda. | **Vila Nova do Campo**
 27. Lismânia - Ferragens e Decorações, Lda. | **S. Tomé de Negrelos**
 28. M. E. C. R. - Representações e Comércio de Máquinas e Equipamentos, Lda. | **Agrela**
 29. M.A.P.T. - Comércio de Máquinas Têxteis, Unipessoal, Lda. | **Palmeira**
 30. Maialfer - Serralharia para Construção Civil, Lda. | **Água Longa**
 31. Malhas Carjor, S.A. | **Palmeira**
 32. Malhas da Torre, Lda. | **Lama**
 33. Marinho&Araújo, Lda. | **Santo Tirso**
 34. Memoteka - Mecânica de Precisão, Lda. | **Santo Tirso**
 35. Mercainox - Componentes Industriais, Lda. | **Santo Tirso**
 36. Moreira&Costa, Lda. | **Santo Tirso**
 37. Norblend - Comércio de Cafés, Lda. | **Vila das Aves**
 38. Olimpio Miranda, Lda. | **Palmeira**
 39. Ortoneves - Centro Ortopédico e Dietético de Vila das Aves, Lda. | **Vila das Aves**
 40. Ourocerto, Unipessoal, Lda. | **Vila Nova do Campo**
 41. Paiva&Machado, Lda | **Burgães**
 42. Pastelaria e Confeitaria Moura, Lda. | **Santo Tirso**
 43. Plásticos Macar - Indústria de Plásticos, Lda. | **Palmeira**
 44. Plásticos Universal, Indústria de Plásticos, Lda. | **Refojos**
 45. Ribaembal - Indústria e Comércio de Embalagens, Lda. | **Vila das Aves**
 46. Saterry - Empresa Têxteis Lar, Lda. | **Vila Nova do Campo**
 47. Servigás, Unipessoal, Lda. | **Vila das Aves**
 48. Simplac - Tecnologia Mecânica, Lda. | **Santo Tirso**
 49. Sociluctor, Lda. | **Rebordões**
 50. Sparkers&Sparkers - Componentes Automóveis, Lda. | **Reguenga**
 51. Tealt Trilhos D'Aventura - Unipessoal, Lda. | **Santo Tirso**
 52. Vercoope - União das Adeegas Cooperativas da Região dos Vinhos Verdes, UCRL | **Agrela**

53. Vieira&Quádrios - Montagens e Reparações de Máquinas Têxteis, Lda. | **Rebordões**

Do voto de louvor e reconhecimento será dado conhecimento às empresas galardoadas e à Associação Comercial e Industrial de Santo Tirso.

A Câmara Municipal

Santo Tirso, 11 de janeiro de 2018

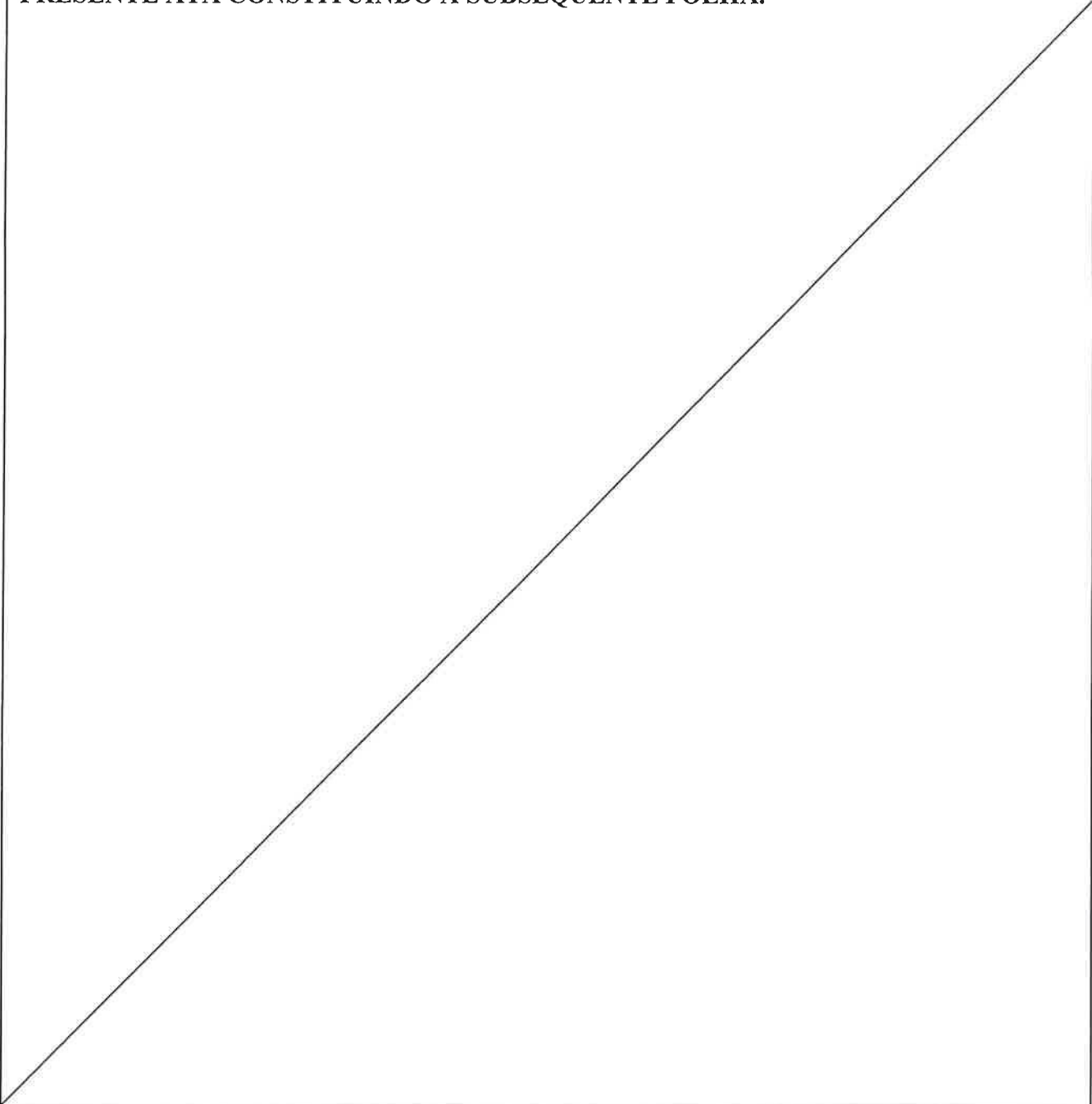
Reunião : ORDINÁRIA



Câmara Municipal de Santo Tirso

Ata N.º 01 Fl. 6
11 de janeiro de 2018

LOGO DE SEGUIDA ENTROU-SE NA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS ASSUNTOS PREVIAMENTE INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA A QUAL SE ANEXA À PRESENTE ATA CONSTITUINDO A SUBSEQUENTE FOLHA.-----





SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 11/JANEIRO/2018 – ATA Nº 01

ORDEM DO DIA

- 1 – Aprovação da ata da última reunião ordinária de 28/12/2017
- 2 – Proposta de constituição de Fundos de Maneio
- 3 – Protocolo celebrado entre o município de Santo Tirso e a RNI – Associação Rede Nacional de Incubadoras: Ratificação
- 4 – “CRO – Centro de Recolha Oficial – Canil / Gatil Municipal” – Resolução de Expropriar (Parcela 2): Retificação da deliberação da câmara municipal de 27/07/2017 (item 8 da respetiva ata)
- 5 – Proposta de celebração de Acordos de Execução com as juntas de freguesia no âmbito do artigo 133º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro – pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico e manutenção dos respetivos espaços envolventes
- 6 – Proposta de celebração de contrato-programa de desenvolvimento desportivo com o Futebol Clube Tirsense
- 7 – Proposta de celebração de contrato-programa de desenvolvimento desportivo com o Centro Recreativo e Popular da Água Longa

Santo Tirso, 08 de janeiro de 2018

O Presidente,

Dr. Joaquim Couto



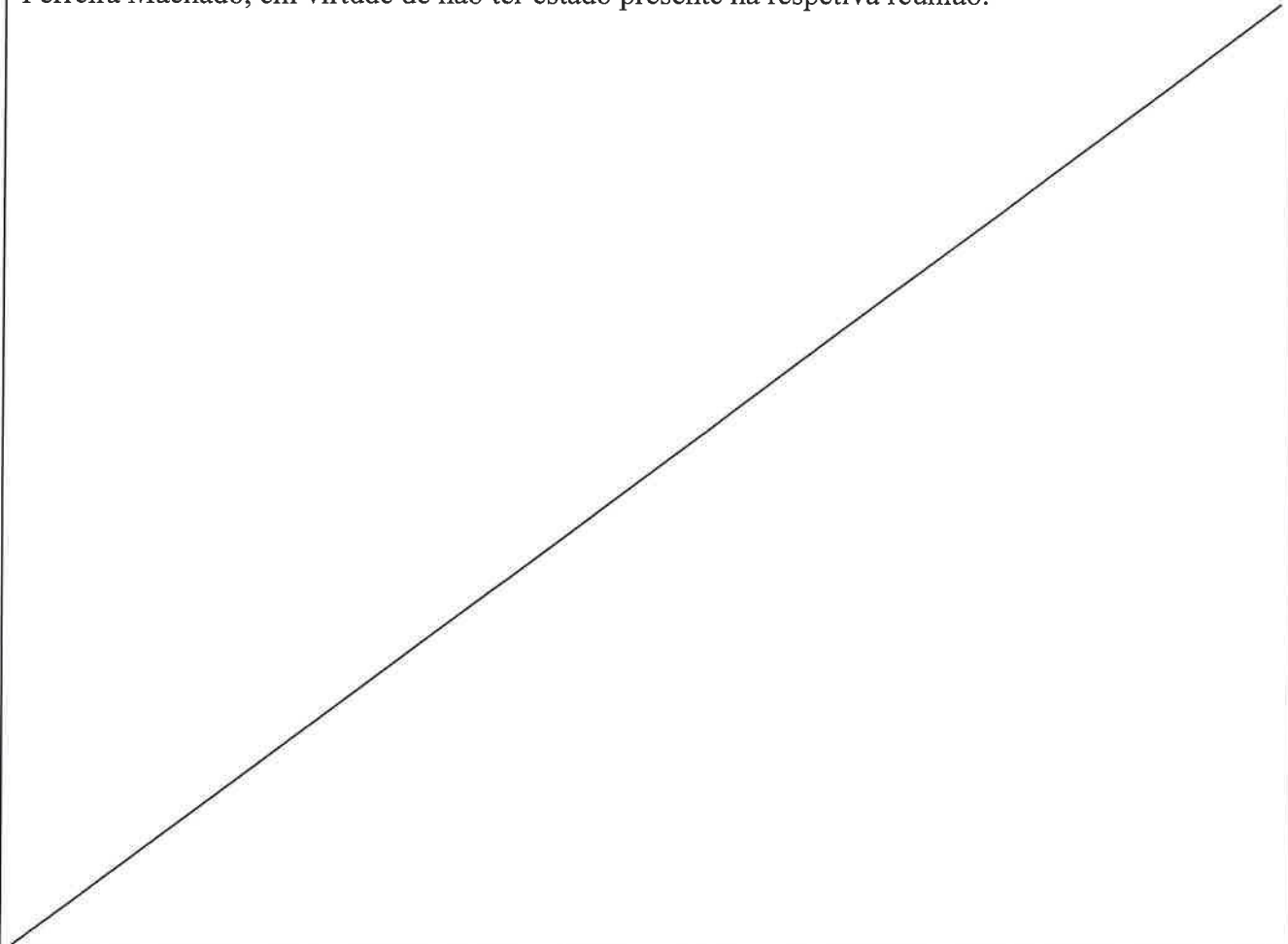
1. APROVAÇÃO DA ATA DA ÚLTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 28/12/2017.----

Presente a ata da reunião ordinária realizada no dia vinte e oito de dezembro findo, da qual se forneceu cópia a cada um dos senhores edis.-----

Após apreciação da referida ata, o senhor presidente propôs, nos termos do número dois do artigo 57º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, que a câmara deliberasse aprovar a aludida ata.-----

A ata foi aprovada com oito votos a favor.-----

Não participou na discussão e votação da ata o senhor vereador Dr. José Pedro dos Santos Ferreira Machado, em virtude de não ter estado presente na respetiva reunião.-----



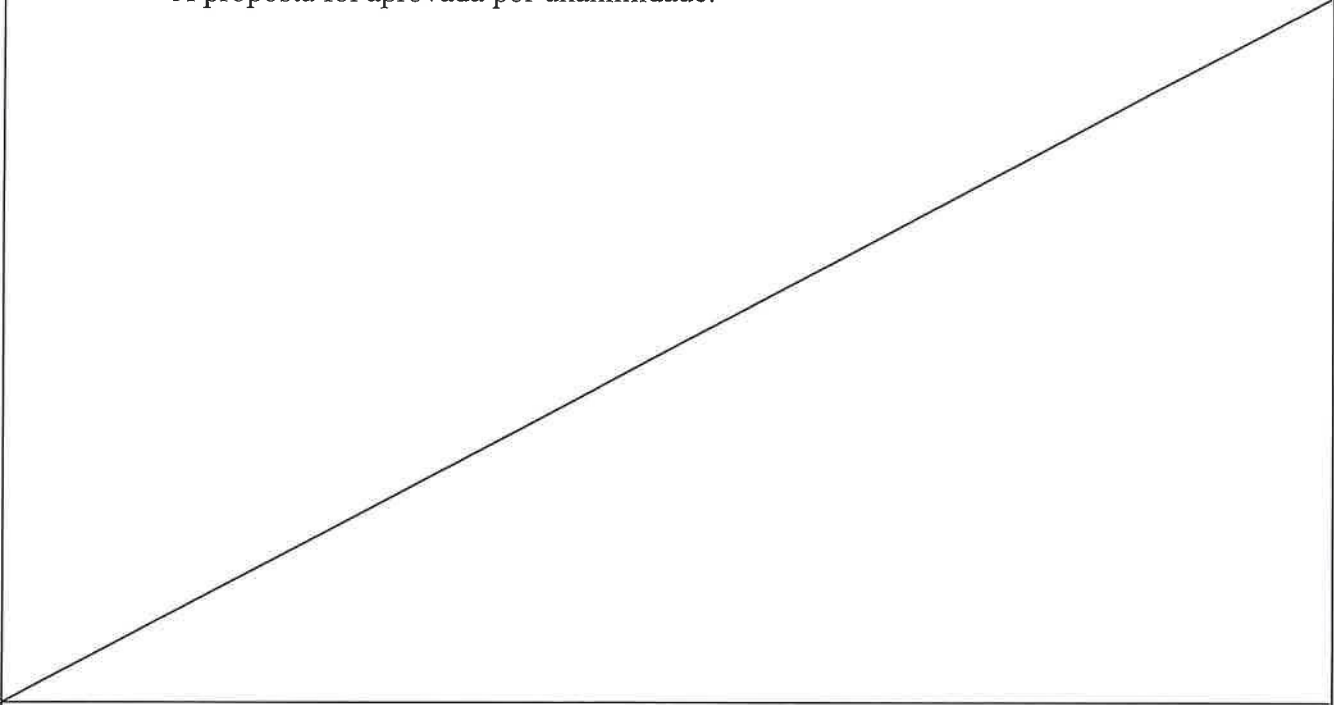


2. PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO ANUAL DE CONSTITUIÇÃO DE FUNDOS DE MANEIO.-----

Presente informação da Divisão Financeira, de oito do corrente mês de janeiro, registada com o número duzentos e setenta e cinco, a remeter mapa para a constituição de fundos de maneio, de acordo com os pedidos que foram feitos pelos diversos serviços.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, de harmonia com o previsto no artigo 28º das Normas de Execução Orçamental, que integram as Grandes Opções do Plano e Orçamento para dois mil e dezoito, aprovado pela assembleia municipal em sessão ordinária de dezembro findo, deliberasse aprovar a constituição dos fundos de maneio constantes da listagem que se anexa à presente ata e que dela fica a fazer parte integrante para todos os efeitos legais, constituindo a subsequente folha, para fazer face a despesas urgentes e inadiáveis, cuja utilização, reconstituição e reposição deverá obedecer ao previsto naquela norma e nos artigos 11º e seguintes do Regulamento de Controlo Interno aprovado pela assembleia municipal em sessão ordinária de vinte e sete de fevereiro de dois mil e dois.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----



Constituição do Fundo de Maneio 2018		
Serviço	Responsável	Valor mensal
Divisão Jurídica e de Execuções Fiscais	Maria Adriana Salgado Magalhães	750,00 €
Serviço de Compras	Maria Cacilda da Costa Alves Sousa	1 000,00 €
Divisão Expediente Geral	Isaura Mariana Silva Almeida Gomes	100,00 €
Divisão de Ação Social	Paula Maria Brandão Silva	500,00 €
Divisão de Bibliotecas e Arquivo	Elsa Maria Oliveira Machado Mota	500,00 €
Divisão de Desporto	Bernardino António da Silva Alves	500,00 €
Divisão do Desporto	Maria de Lurdes Soares Carneiro	250,00 €
Divisão de Serviços Gerais	José António Silva Carvalho	750,00 €
CPCJ	Paula Maria Brandão Silva	153,15 €
Divisão de Desenvolvimento Económico	Vera Liliana Machado Araújo	500,00 €
Total:		5 003,15 €

3. PROTOCOLO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E A RNI – ASSOCIAÇÃO REDE NACIONAL DE INCUBADORAS: RATIFICAÇÃO.-----

Presente informação da Divisão de Desenvolvimento Económico, de quatro do corrente mês de janeiro, registada com o número cento e trinta e nove, a remeter o Protocolo de cooperação celebrado com a RNI – Associação Rede Nacional de Incubadoras, celebrado no dia treze de julho de dois mil e dezassete, que tem por objeto desenvolver a colaboração entre a RNI e o município de Santo Tirso, com vista à integração deste como membro da Rede Nacional de Incubadoras.-----

Anexa-se cópia do aludido Protocolo à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo II da mesma.-----

O senhor presidente submeteu o aludido Protocolo à ratificação da câmara municipal.-----

A câmara deliberou, com seis votos a favor, ratificar o Protocolo acima referido.-----

Abstiveram-se os senhores edis eleitos enquanto inscrito na lista do PPD/PSD.CDS-PP, os quais declararam abster-se da votação do presente item em virtude de não terem acompanhado o respetivo dossiê.-----

4. “CRO – CENTRO DE RECOLHA OFICIAL – CANIL / GATIL MUNICIPAL” – RESOLUÇÃO DE EXPROPRIAR (PARCELA 2): RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 27/07/2017 (ITEM 8 DA RESPETIVA ATA).-----

Presente informação da Divisão Jurídica, de vinte e nove de dezembro findo, registada com o número doze mil setecentos e sessenta e quatro, a comunicar que para instrução do processo de expropriação de uma parcela de terreno (parcela dois) necessária à execução da obra acima identificada, cuja resolução de expropriar foi tomada por deliberação de vinte e sete de julho de dois mil e dezassete (item oito da respetiva ata), a Direção-Geral das Autarquias veio solicitar novos elementos entre eles a retificação da aludida deliberação da câmara municipal, designadamente no que se refere à identificação da parcela de terreno a expropriar e à identificação da atual arrendatária florestal do prédio do qual é a desanexar a parcela de terreno em causa.-----

O senhor presidente da câmara municipal propôs que a câmara municipal deliberasse retificar a aludida deliberação nos seguintes termos:-----

Onde se lê: *“De harmonia com o Plano Diretor Municipal em vigor, o bem a expropriar está incluído em área de “Espaço Industrial e Estrutura Ecológica”, conforme extrato das Plantas de Ordenamento e de Condicionantes daquele instrumento de gestão territorial, das quais se anexam cópias à presente ata e dela ficam igualmente a fazer parte integrante, constituindo as folhas vinte e duas a vinte e cinco da mesma.*-----

Parcela de terreno a expropriar:-----

Parcela 2-----

Parcela de terreno com a área de 33,60 m² (trinta e três vírgula sessenta metros quadrados), sita no Lugar da Ermida, Santa Cristina do Couto, freguesia da União das Freguesias de Santo Tirso, Couto (Santa Cristina e São Miguel) e Burgães, concelho de Santo Tirso, a confrontar de norte e nascente com o proprietário, e de sul e poente com caminho público, melhor identificada a cor vermelha na planta parcelar anexa, propriedade de António Ribeiro de Sousa,

Handwritten signature

casado, residente na Rua Santo André, nº 668, da dita freguesia.-----

De acordo com requerimento do proprietário, de três de março último, o prédio do qual é desanexada a parcela a expropriar está arrendada à Portucel;-----

No entanto, e conforme consta do aludido relatório de avaliação, não obstante a parcela ser a desanexar de um prédio rústico com exploração florestal, o espaço a ocupar com a obra é uma pequena parte frontal do mesmo, atualmente sem utilização visível, apenas constituído por floresta e mato, em regime de exploração espontânea;-----

A supressão da parcela ao prédio não inviabiliza a sua acessibilidade e utilização, mantendo a frente rodoviária que possuía, que ficará ainda melhorada.”-----

Passe a constar:-----

“De harmonia com o Plano Diretor Municipal em vigor, o bem a expropriar enquadra-se em solo urbano, na categoria de “Espaço Industrial e Estrutura Ecológica Municipal”, conforme extrato das Plantas de Ordenamento e de Condicionantes daquele instrumento de gestão territorial, das quais se anexam cópias à presente ata e dela ficam a fazer parte integrante, constituindo as folhas dezasseis a vinte e uma da mesma.-----

Parcela de terreno a expropriar:-----

Parcela 2

Parcela de terreno com a área de 33,60 m² (trinta e três vírgula sessenta metros quadrados), sita no Lugar da Ermida, freguesia União das Freguesias de Santo Tirso, Couto (Santa Cristina e São Miguel) e Burgães (extinta freguesia de Santa Cristina do Couto), concelho de Santo Tirso, a confrontar de norte e nascente com o proprietário, e de sul e poente com caminho público, a qual é a desanexar do prédio rústico descrito na Conservatória do Registo Predial sob o número 1.749 (mil setecentos e quarenta e nove) e inscrito na matriz predial respetiva sob o artigo cento e noventa e sete (anterior artigo sessenta e cinco, conforme contrato de arrendamento apresentado pela arrendatária), melhor identificada a cor vermelha na planta parcelar que se anexa à presente ata e dela

fica a fazer parte integrante, constituindo a subsequente folha, propriedade de António Ribeiro de Sousa, casado com Maria Olívia Carneiro de Araújo, residentes na Rua Santo André, nº 668, da dita freguesia.-----

O prédio do qual é a desanexar a parcela a expropriar encontra-se arrendado à sociedade anónima Navigator Forest, Portugal S.A., pessoa coletiva número 504 729 497, matriculada com o mesmo número na Conservatória do Registo Comercial, com sede no Pólo Industrial da Portucel, Mitrena, freguesia do Sado, concelho de Setúbal, conforme contrato de arrendamento florestal remetido pela arrendatária com o ofício datado de dezasseis de outubro de dois mil e dezassete, registado nesta câmara municipal com o número vinte e sete mil e sessenta e três.-----

Conforme resulta do relatório complementar junto ao processo de expropriação, datado de vinte e dois de dezembro de dois mil e dezassete, elaborado pelo perito da lista oficial de peritos avaliadores do Ministério da Justiça, a parcela de terreno objeto de expropriação corresponde a uma pequena fatia do aceiro perimetral da exploração florestal, sem qualquer produção.-----

Dado que a supressão da parcela de terreno no prédio em causa não inviabiliza a sua acessibilidade e exploração florestal, mantendo a frente rodoviária, que ficará ainda melhorada, e que os trabalhos de estabilização do talude de forma a preservar o aceiro perimetral serão assegurados pela câmara municipal no âmbito de execução da obra, considera-se, com fundamento no aludido relatório, cujo teor se tem aqui por inteiramente transcrito para os devidos efeitos legais, que não há indemnização a atribuir ao arrendatário.”-----

A câmara municipal deliberou, com seis votos a favor, retificar a deliberação da câmara municipal de vinte e sete de julho último, nos termos atrás referidos.-----

Abstiveram-se os senhores edis eleitos enquanto inscrito na lista do PPD/PSD.CDS-PP, os quais declararam abster-se da votação do presente item em virtude de não terem acompanhado o respetivo dossiê.-----



Vértice	Coordenada X	Coordenada Y
V1	X = -31018.3839	Y = 184285.6229
V2	X = -31038.9000	Y = 184299.0771
V3	X = -31044.8446	Y = 184304.8955
V4	X = -31045.3686	Y = 184306.4173
V5	X = -31032.6812	Y = 184296.6619



Folha

dezembro 2017



CRO - centro de recolha oficial - Canil / Gatil Municipal (Beneficiação do acesso) Expropriação da parcela 2

SISTEMA CERTIFICADO
eic
ISO 9001
certificação
acreditada
IBRAC


RECURSOS HÍDRICOS:

 Linhas de Água do Domínio Hídrico


RECURSOS GEOLÓGICOS:

 Pedreiras (nº de licença)

Perímetro de Protecção das Termas das Caldas da Saúde (HM-44) - Portaria n.º 80/2008:

 Zona Imediata

 Zona Intermédia

 Zona Alargada

RESERVAS NACIONAIS:

 Reserva Agrícola Nacional (RAN)


Reserva Ecológica Nacional (REN):

 Zonas ameaçadas pelas cheias


 Áreas de máxima infiltração

 Cabeceiras de linhas de água

 Áreas com riscos de erosão

 Leitões dos cursos de água da REN

ESPÉCIES LEGALMENTE PROTEGIDAS:

 Povoamento de sobreiros (*Quercus suber*)

RÚIDO :

 Zonas Sensíveis

 Zonas Mistas

INFRA-ESTRUTURAS DE COMUNICAÇÃO E TRANSPORTE :

 Itinerário Principal (A3)

 Itinerário Complementar (IC24)

 Outras Estradas (EN105,EN104,EN204)

 Estradas Regionais (ER207,ER319)

 Estradas Municipais

 Caminhos Municipais

 Zona de servidão non aedificandi da variante à EN14

 Linha Férrea

INFRA-ESTRUTURAS BÁSICAS :

 Linhas de Alta Tensão

 Gasoduto - traçado

 Reservatório

CARTOGRAFIA :

 Marcos Geodésicos

 LIMITE DO CONCELHO

IMÓVEIS CLASSIFICADOS E EM VIAS DE CLASSIFICAÇÃO:

XX MN

Monumento Nacional (MN)

XX IIP

Imóvel de Interesse Público (IIP)

XX ivc

Imóvel em vias de classificação (ivc)

XX ivr

Imóvel em vias de reclassificação (ivr)

01 IIP

Casa do Mosteiro, Roriz, Santo Tirso, Porto IIP, Decreto Nº 28/82 de 26-2

02 IIP

Casa e Quinta de Diniz de Cima, Santo Tirso, Porto IIP, Decreto Nº 1/86 de 3-1

03 IIP

Casa e Quinta de Diniz de Baixo, Santo Tirso, Porto IIP, Decreto Nº 45/93 de 30-11

04 IIP

Castro de Santa Margarida, Negrelos (S. Tomé) Santo Tirso, Porto IIP, classificado através do Decreto Nº 29/90 de 17-07

05 MN

Castro do Monte Padrão - Monte Córdova Monte Córdova, Monte Córdova, Santo Tirso, Porto MN, Decreto de 16-06-1910; Decreto Nº 38491 de 6-11-1951 ZEP, Portaria n.º 372/2011, DR Nº 35, 2ª série, de 18-02-2011

06 IIP

Conjunto formado pelo edifício da Serra Hidráulica de Pereiras e respectiva máquina, o açude em que está integrada e o canal que a serve Monte Córdova, Santo Tirso, Porto, IIP, Decreto Nº 26 - A/92 de 01-06

07 IIP

Igreja de S. Miguel Vilarinho, Vilarinho, Santo Tirso, Porto IIP, Decreto Nº 39175 de 17-4-1953

08 MN

Igreja de S. Pedro de Roriz Roriz, Roriz, Santo Tirso, Porto MN, Decreto de 16-6-1910

09 IIP

"Loggia" quinhentista e Capela manuelina da Igreja de S. Tomé de Negrelos. S. Tomé de Negrelos, Santo Tirso, Porto IIP, Decreto Nº33587 de 27-3-1944

10 MN

Mosteiro de Santo Tirso (São Bento) Santo Tirso, Santo Tirso, Porto, MN, Decreto de 16-6-1910; Decreto Nº 38491 de 6-11-1951; Decreto Nº 28/82 de 26-2

11 IIP

Pintura a Fresco da capela-mor da Igreja de Santa Maria de Negrelos, Santa Maria de Negrelos, Roriz, Santo Tirso, Porto IIP, Decreto n.º 41 191, DG 162 de 18 de Julho de 1957

12 IVC

Capela de Santa Cruz Santa Cruz, Burgães, Santo Tirso, Porto IVC, Despacho da Secretaria de Estado da Cultura de 27. 12. 1979; Despacho de 31 de Janeiro de 1980

 Limite do Monumento

 Zona de Protecção (ZP = 50 metros)

 Zona Especial de Protecção (ZEP)

ÁRVORES DE INTERESSE PÚBLICO :



Árvores Isoladas de Interesse Público:

1 - *Quercus robur* L.- Valinhas (junto à capela), Monte Córdova (Diário da República, II Série, n.º119, de 23/05/1940)

2 - *Camellia japonica* L.- Cemitério da Agrela (Diário da República, II Série, n.º 81, de 07/04/1997)

3 - *Quercus robur* L.- Lugar da Carvalheira, Burgães (Diário da República, II Série, n.º 193, de 22/08/1997)

4 - *Quercus robur* L.- Lugar da Carvalheira, Guimarei (Diário da República, II Série, n.º 66, de 19/03/2001)



Conjunto de Árvores de Interesse Público

5 - *Platanus hybrida* BROT. - Alameda (Junto à ponte sobre o rio Ave) - Santo Tirso (Diário da República, II Série, n.º 118, de 22/05/1940)

6 - *Platanus* spp. - Maciço Arbóreo constituído por 4 plátanos - S. Miguel do Couto (Diário da República, II Série, n.º 54, de 04/03/2000)

 Zona de Protecção (ZP = 50 metros)



CRO - centro de recolha oficial - Canil / Gatil Municipal (Beneficição do acesso) Expropriação da parcela 2

Coordenador
Lúcia Rodrigues (arq.)

Homologação oficial
IGP - 21 Maio 2004

Exatidão posicional e temática		
Planimetria	1m /	1:1 m

Folha

dezembro 2017

03

LEGENDA DA PLANTA DE CONDICIONANTES - RISCOS DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

ÁREAS PERCORRIDAS POR INCÊNDIO

Para efeito da restrição prevista no DL 327/90, alterado pelo DL 55/2007

	2007
	2008
	2009
	2010
	2011
	2012
	2013
	2015

ÁREAS DE RISCO DE INCÊNDIO FLORESTAL DAS CLASSES ALTA OU MUITO ALTA

Para efeito das restrições previstas no artigo 16º do DL 124/2006, alterado pelo DL 17/2009

	Classe alta ou muito alta
--	---------------------------

ÁREAS INUNDÁVEIS

	Límite de Cheia com período de retorno de 100 anos - n.º 7 do art.º 40 da Lei 58/2005
--	---

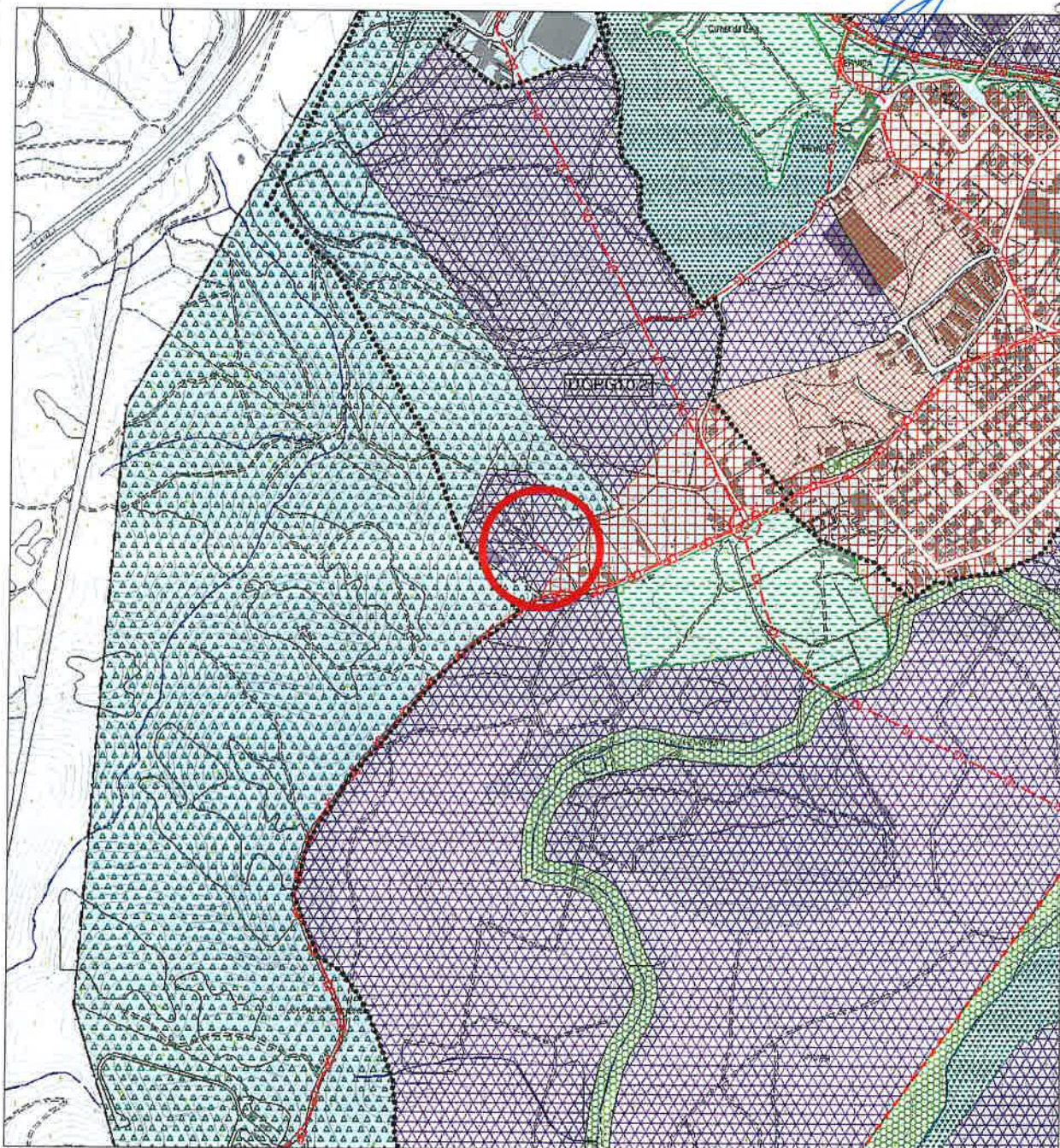
SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS - DIRETIVA SEVESO

	Instalação de armazenagem de gás - Alvará nº 3038/P de 27/03/2006
--	---

EXPLOSIVOS (zona de Segurança):

	Edifícios de armazenagem e fabrico de produtos explosivos
	P2: Processo nº 870/04 - Alvará 427 de 03/06/2005
	P1: Processo nº 1089/202 - Licença de utilização 403 de 17/11/2003
	Zona de segurança

	LÍMITE DE CONCELHO
--	--------------------



Departamento de Planeamento Urbanismo e Ambiente

Divisão de Ordenamento do Território e Informação Geográfica

EXTRATO DA PLANTA DE ORDENAMENTO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

CRO - centro de recolha oficial - Canil / Gatil Municipal (Beneficição do acesso)- Expropriação da parcela 2

Autor
Duarte Nuno

Rubrica do autor

Colaboradores

Coordenador
Lúcia Rodrigues (arq.)

Escala: 1/10 000



Entidade proprietária da cartografia
Câmara Municipal de Santo Tirso

Entidade Produtora
ARTOP

Data edição
31/09/2000

Série cartográfica oficial
não aplicável

Homologação oficial
IGP - 21 Maio 2004

Sistema de projeção
Hayford Gauss

Datum
Datum 73

Projeção Cartográfica
Gauss

Exatidão posicional e temática
Planimetria 1m / 1.1 m



M.012DAP

Referência

SGD

Registro

Substitui

Substituído

Data

Folha

4107/17

dezembro 2017

01

LEGENDA DA PLANTA DE ORDENAMENTO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

CLASSIFICAÇÃO DO SOLO URBANO:

		Espaço Habitacional Tipo I / Espaço Habitacional Tipo I + Estrutura Ecológica
		Espaço Habitacional Tipo II / Espaço Habitacional Tipo II + Estrutura Ecológica
		Espaço Habitacional Tipo III / Espaço Habitacional Tipo III + Estrutura Ecológica
		Espaço Habitacional Tipo IV / Espaço Habitacional Tipo IV + Estrutura Ecológica
		Espaço Industrial / Espaço Industrial + Estrutura Ecológica
		Espaço de Equipamento / Espaço de Equipamento + Estrutura Ecológica
		Espaço Verde Urbano / Espaço Verde Urbano + Estrutura Ecológica
		Espaço de Turismo Residencial / Espaço de Turismo Residencial + Estrutura Ecológica

CLASSIFICAÇÃO DO SOLO RURAL:

		Espaço de Indústria Extrativa / Espaço de Indústria Extrativa + Estrutura Ecológica
		Espaço Florestal Principal / Espaço Florestal Principal + Estrutura Ecológica
		Espaço Florestal Multifuncional / Espaço Florestal Multifuncional + Estrutura Ecológica
		Espaço Agrícola / Espaço Agrícola + Estrutura Ecológica

ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL

UNIDADES OPERATIVAS DE PLANEAMENTO E GESTÃO:

	Limite UOPG		Limite SUB-UOPG
	Área de Urbanização Especial / Área de Urbanização Especial + Estrutura Ecológica		

UOPG 1	Plano de Pormenor da Zona Industrial de Fontiscos	UOPG10.1	Via do Trabalho Norte, Santo Tirso
UOPG 2	Plano de Pormenor da Quinta de Geão	UOPG10.2	Via do Trabalho Sul, Santo Tirso e S. C. do Couto
UOPG 3	Plano de Pormenor da Zona das Rãs	UOPG11	Agrela / Água Longa
UOPG 4	Plano de Urbanização das Margens do Ave	UOPG12	Rebordões Norte
UOPG 5	Verdeal, Vila das Aves	UOPG13	Alto do Sobrado, Vila das Aves
UOPG 6	Caldas da Saúde, Areias	UOPG14	Golfe Pizão, Água Longa
UOPG 7	S. Martinho do Campo	UOPG15	Guimarei - Centro
UOPG 8	Santo Tirso - Centro da Cidade	UOPG16	Frente Ribeirinha do Rio Vizela, Vila das Aves
UOPG 9	Juncal, Santo Tirso		

IMÓVEIS DE INTERESSE MUNICIPAL NÃO CLASSIFICADOS:

IIM - NC		Imóveis e Conjuntos		IIM - NC	Sítios Arqueológicos
-----------------	--	---------------------	--	-----------------	----------------------

REDE VIÁRIA

Rede Coletora:		Distribuidora Local:	
RC	Existente	DL	Existente
RC	Proposta	DL	Proposta
Distribuidora Principal:		Local:	
DP	Existente		Proposta
DP	Proposta		

REDE FERROVIÁRIA

Existente

LIMITE DE CONCELHO



5. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE ACORDOS DE EXECUÇÃO COM AS JUNTAS DE FREGUESIA NO ÂMBITO DO ARTIGO 133º DO ANEXO I DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO – PEQUENAS REPARAÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO E MANUTENÇÃO DOS RESPETIVOS ESPAÇOS ENVOLVENTES.-----

Presente informação do Serviço de Gestão do Parque Escolar, de quatro de dezembro findo, registada com o numero onze mil oitocentos e vinte e sete, a propor a celebração de Acordos de Execução com as Freguesias, tendo por objeto a realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico e a manutenção dos referidos espaços envolventes, nos termos das alíneas e) e f) do n.º 1 do artigo 132º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, ao abrigo da sua competência prevista na alínea m) do n.º 1 do artigo 33º do referido diploma legal, deliberasse o seguinte:-----

A) Solicitar autorização à assembleia municipal para que a câmara municipal delegue nas freguesias as competências previstas nas alíneas e) e f) do nº 1 do artigo 132º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, caso entenda que a concretização da delegação legal prevista é a forma que melhor satisfaz o interesse público, nos termos da minuta de Acordo de Execução que se anexa à presente ata, e cuja aprovação se submete também àquele órgão deliberativo;-----

B) Solicitar à assembleia municipal, em concretização das transferências para as freguesias previstas no Plano de Atividades aprovado pelo órgão deliberativo em sessão ordinária de catorze de dezembro último, (projeto/ação com o código/ano/número2/2018/2), autorização para a assunção de compromissos plurianuais, para o período correspondente ao mandato dos órgãos autárquicos de 2017/2021, para efeitos de celebração dos referidos Acordos de Execução, pelos seguintes montantes máximos anuais;-----

2017 – 18.850,00 € (dezoito mil oitocentos e cinquenta euros);-----



2018 – 75.400,00 € (setenta e cinco mil e quatrocentos euros);-----

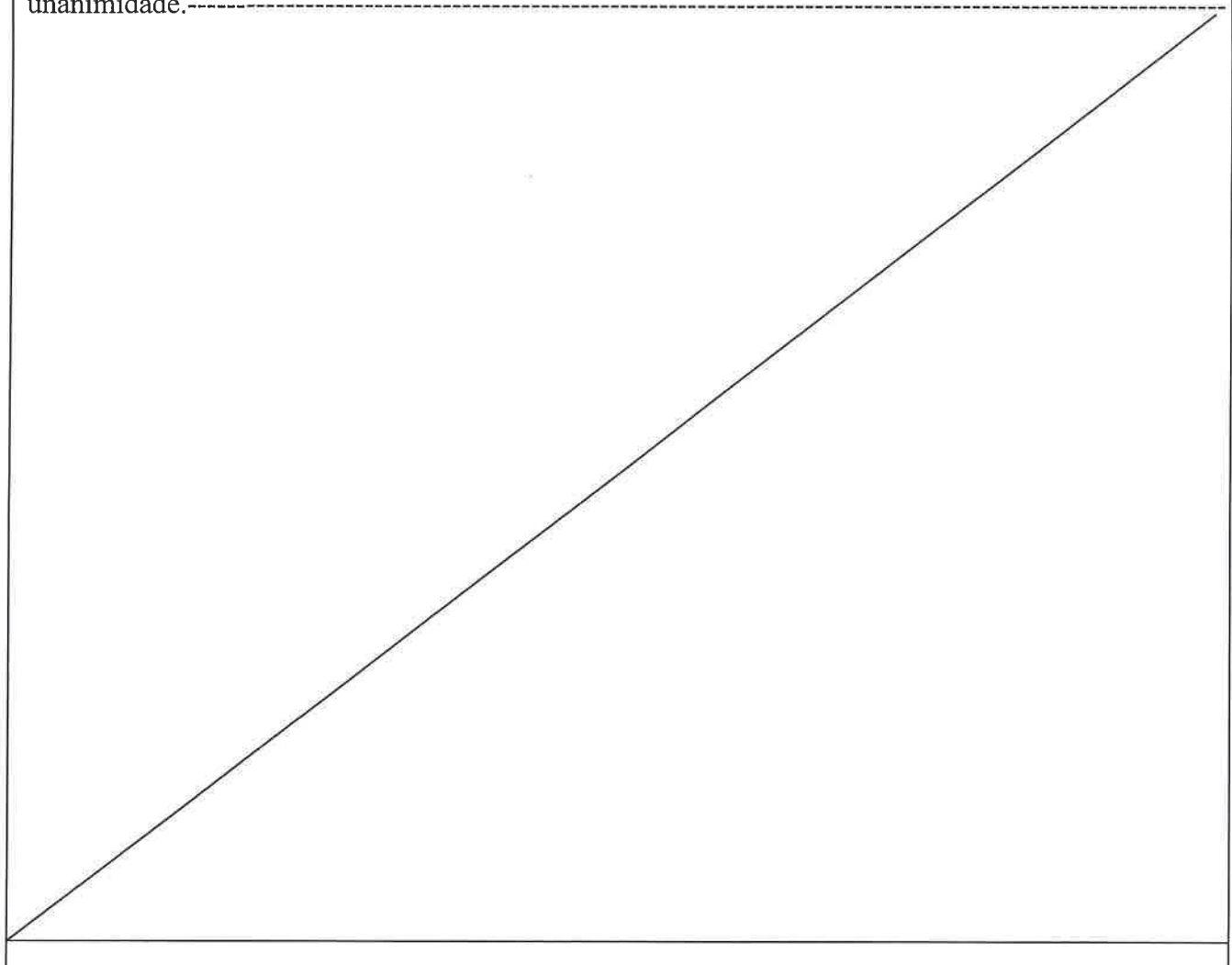
2019 – 75.400,00 € (setenta e cinco mil e quatrocentos euros);-----

2020 – 75.400,00 € (setenta e cinco mil e quatrocentos euros);-----

2021 – 56.550,00 € (cinquenta e seis mil quinhentos e cinquenta euros).-----

Os encargos inerentes serão satisfeitos pela rubrica orçamental com a classificação económica 04050102, na qual tem dotação, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 205/2018, de dez de janeiro.-----

Após discussão, a proposta foi submetida a votação nominal, tendo sido aprovada por unanimidade.-----



6. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM O FUTEBOL CLUBE TIRSENSE - 2017-----

Presente ofício de vinte e nove de dezembro de dois mil e dezasseis, do Futebol Clube Tirsense, registado com o número duzentos e setenta e dois / dois mil e dezassete, a remeter programa de desenvolvimento desportivo a prosseguir por aquela instituição desportiva no ano de dois mil e dezassete e a solicitar o apoio da câmara municipal para a sua prossecução, mediante a celebração de um contrato-programa.-----

Por ofício de sete de dezembro findo, registado com o número trinta e um mil e oitenta e sete, aquela instituição desportiva veio apresentar a documentação em falta para a formalização do referido contrato-programa de desenvolvimento desportivo.-----

O assunto vem informado pela Divisão de Desporto, conforme informação registada com o número cento e cinquenta e quatro, de cinco do corrente mês de janeiro, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação.-----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi dito:-----

Considerando que o programa de desenvolvimento desportivo apresentado merece o apoio do município;-----

Considerando a competência prevista nas disposições conjugadas das alíneas o) e u) do nº 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, proponho que a câmara municipal delibere atribuir uma comparticipação financeira no montante de 60.000,00 € (sessenta mil euros) para apoiar a prossecução do referido programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo que se anexa à presente da ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo III da mesma.-----

O contrato-programa de desenvolvimento desportivo cuja minuta agora se aprova, só será celebrado depois de o Futebol Clube Tirsense apresentar as certidões da Autoridade Tributária e



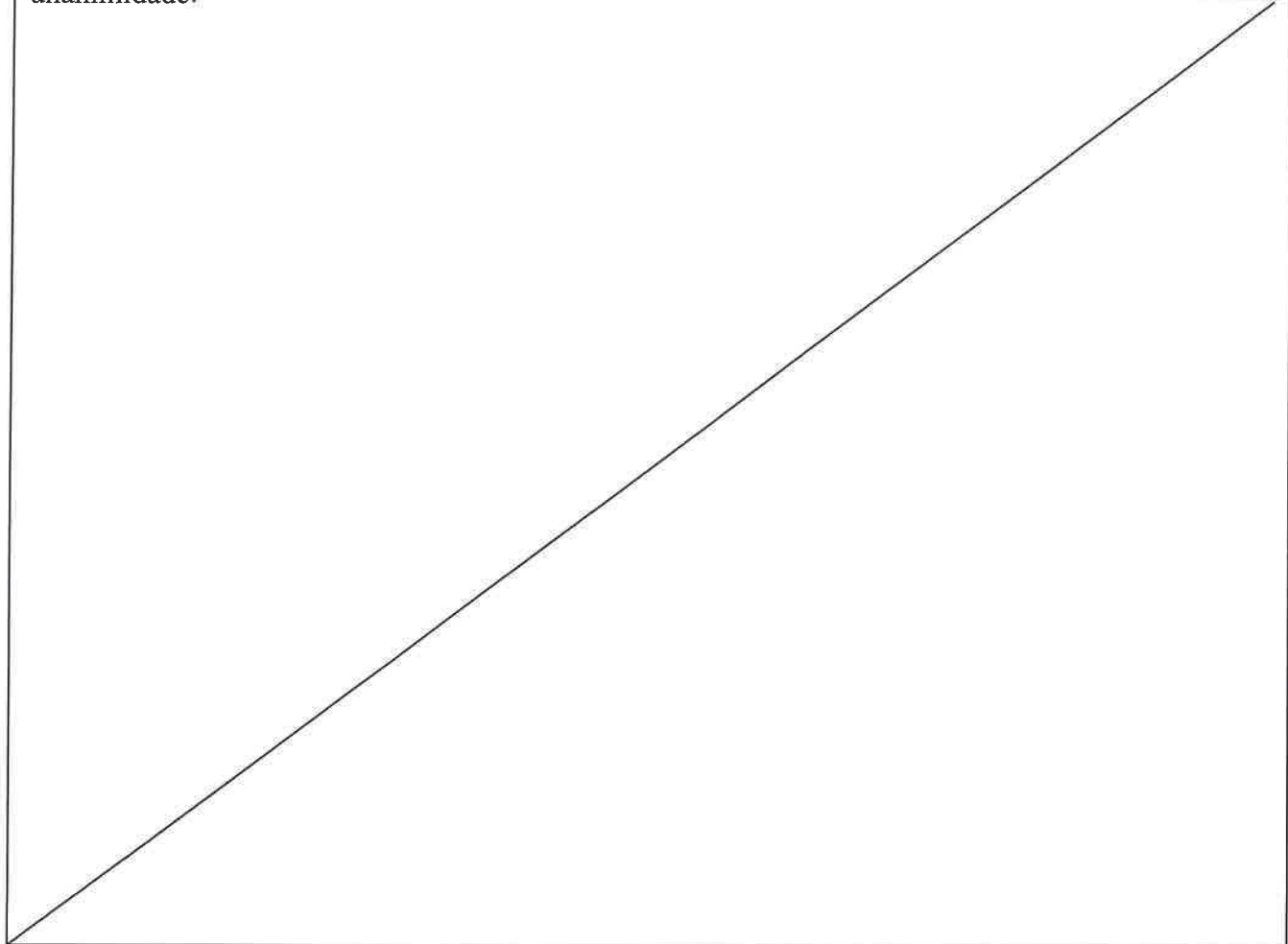
Segurança Social comprovativas da respetiva situação regularizada.-----

O montante da comparticipação financeira a atribuir pelo município será suportado pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental número 189/2018.-----

O compromisso inerente à celebração do referido contrato-programa está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental, com o número 2/2018, de cinco do corrente mês de janeiro.-----

É atribuída eficácia retroativa ao contrato a celebrar por razões de interesse público.-----

Após discussão, procedeu-se à votação nominal da proposta, a qual foi aprovada por unanimidade.-----



JP

7. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM O CENTRO RECREATIVO E POPULAR DE ÁGUA LONGA.-----

Presente ofício de quatro de outubro de dois mil e dezassete, da associação denominada Centro Recreativo e Popular de Água Longa, registado com o número vinte e cinco mil e cinquenta e um, a remeter programa de desenvolvimento desportivo a prosseguir por aquela instituição desportiva no ano em curso e a solicitar o apoio da câmara municipal para a sua prossecução, mediante a celebração de um contrato-programa.-----

O assunto vem informado pela Divisão de Desporto, conforme informação registada com o número doze mil e vinte e cinco, de sete de dezembro findo, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação.-----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi dito:-----

Considerando que a associação denominada Centro Recreativo e Popular de Água Longa tem a sua situação regularizada perante a Segurança Social, conforme declaração emitida automaticamente pelo Serviço Segurança Social Direta, no dia sete de dezembro findo, válida por quatro meses; tem igualmente a sua situação tributária regularizada, conforme certidão emitida via internet pelo Serviço de Finanças de Santo Tirso, no dia sete do mesmo mês, válida por três meses;---

Considerando que o programa de desenvolvimento desportivo apresentado (obras de beneficiação das infraestruturas e equipamentos desportivos da entidade beneficiária) merece o apoio do município;-----

Considerando a competência prevista nas disposições conjugadas das alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, proponho que a câmara municipal delibere atribuir uma comparticipação financeira no montante de 42.000,00 € (quarenta e dois mil euros) para apoiar a prossecução do referido programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da

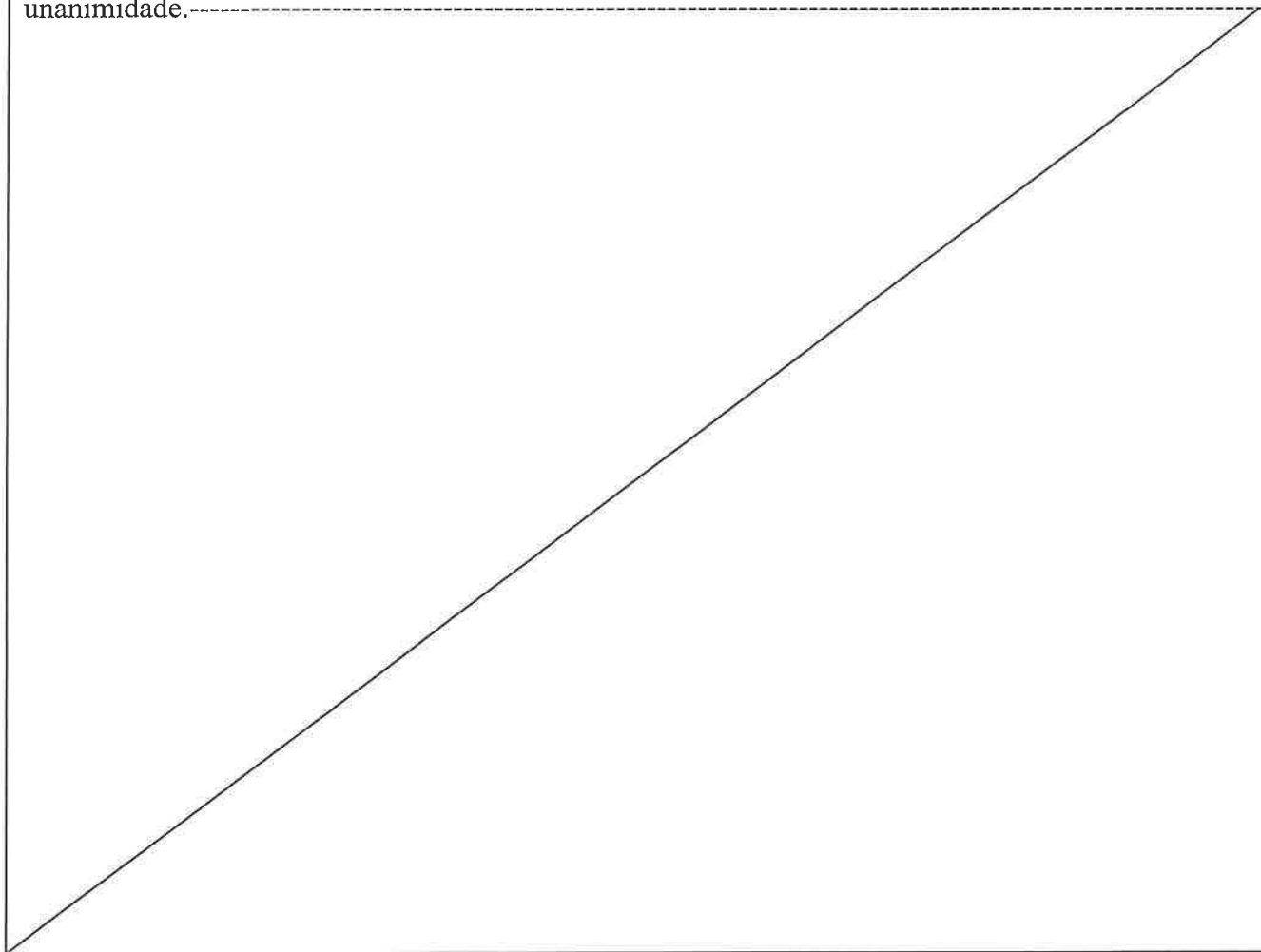
Handwritten signature

minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo IV da mesma.-----

O montante da comparticipação financeira a atribuir pelo município será suportado pela rubrica orçamental com a classificação económica 080701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental número 187/2018.-----

O compromisso inerente à celebração do referido contrato-programa está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 4411/2018, de oito do corrente mês de janeiro.-----

Após discussão, procedeu-se à votação nominal da proposta, a qual foi aprovada por unanimidade.-----





ENCERRAMENTO.-----

A reunião foi encerrada eram: Quinze horas e quarenta e sete minutos.-----

E para constar se lavrou a presente ata que tem vinte e oito folhas e cinco documentos anexos (anexo I, relativo ao alínea a) do período de antes da ordem do dia, anexo II, relativo ao item três, anexo III, relativo ao item cinco; anexo IV, relativo ao item seis; e anexo V, relativo ao item sete), apenas utilizadas no anverso, que eu Jiannic Paulo Feneire Salgado

funcionária designada para secretariar a reunião subscrevo e vai ser assinada por quem presidiu.

APROVAÇÃO DA ATA.-----

A presente ata foi aprovada pela câmara municipal em reunião de 25 / 01 / 2018, conforme consta do item um da respetiva minuta (folhas seis).-----

A Secretária, Jiannic Paulo Feneire Salgado